

REFLEXÕES SOBRE A EXTENSÃO NA UNIVERSIDADE PÚBLICA BRASILEIRA

Sônia Marise Sales Carvalho

RESUMO

Este artigo reflete sobre o lugar da extensão na universidade pública a partir de proposições sobre a gestão e a política contidas no Plano Nacional de Extensão, documento elaborado a partir das reflexões ocorridas nos encontros de extensão das universidades públicas federais. O objetivo que orienta a atividade de extensão tem sido o de reforçar o papel social da universidade, traduzido na valorização e na ampliação de suas relações sociais com a sociedade e na troca entre os saberes populares e científicos, como vetores da produção de conhecimento.

Há o desejo de que a extensão possa reforçar o caráter público da universidade e a relação orgânica com a comunidade em que esteja inserida. A análise deste artigo se desenvolveu a partir da prática por nós vivenciada com a extensão, como professora de universidade pública. Tal vivência se deu por meio do exercício da coordenação da extensão na Faculdade de Educação da Universidade de Brasília, quando respondíamos pelo gerenciamento de três projetos de ação contínua e de dois cursos, sendo também representante daquela faculdade nas reuniões da câmara de extensão e das comissões de trabalhos realizados em torno das atividades referentes a esse campo de atuação no espaço universitário. Compreende-se que o espaço da extensão reforça a missão institucional da universidade pública e se torna o lugar apropriado de reconhecimento da função da universidade no seu caráter social e inclusivo.

Palavras-chave: extensão, universidade, sociedade

ABSTRACT

This article reflects on the place of the Extension University from propositions on management and policy in the National Plan of Extension, prepared from the reflections made in meetings of Extension of federal public universities, whose aim has been to strengthen the social role of the university, reflected in the recovery and expansion of social relations with society and the exchange between scientific and popular knowledge of vectors and production of knowledge. There is the hope that the extension would enhance the character of the university and public relationship with the community in which it inserted. The analysis of this article was developed from practical experience with the Extension as a teacher of public university, through the coordination of the Extension in the School of Education (FE) at the University of Brasilia, the management of three projects of Action and Continuous two courses, but also being representative of the FE in the meetings of the Board of Extension committees and work around the activities in that field of action in space university. It is understood that the extension of space reinforces the university's institutional mission and became the appropriate place to recognize the role of the university in its social character and inclusive.

Key words: extension, university, society

HISTÓRIA DA EXTENSÃO NA UNIVERSIDADE

A extensão na universidade pública, juntamente com o ensino e a pesquisa, faz parte de um conjunto de ações pertinentes à sua missão institucional. Esses três componentes da vida universitária deveriam se constituir em ancoragens para a produção e a socialização do conhecimento científico. A extensão se tornou o melhor lugar da mediação entre as práticas acadêmicas e as demandas da sociedade, de modo a permitir o diálogo entre a sabedoria popular e a científica.

Segundo Silva (1997) a extensão representa a ação de se estender, levar algo a algum lugar ou até a alguém, e materializa-se em ações 'institucionais' e 'extrainstitucionais'.

Para Bemvenuti (2006) a extensão reforça a identidade da universidade através de ações diversas e compõe as áreas do conhecimento que podem atuar diretamente na sociedade na qual esteja inserida.

Assim, torna-se importante ressaltar o caráter amplo da extensão universitária, que possui um cunho comunitário, quando as ações acontecem *in loco* na comunidade e um cunho social, na medida em que os parceiros desenvolvem atividades em conjunto para a resolução de problemas.

Essa concepção está expressa nas reflexões de Angelim (2006), que propõe que se faça uma crítica ao conceito tradicional de extensão, focada na prestação de serviços, cursos e eventos, e alinhe esse espaço acadêmico a uma produção acadêmica voltada para uma concepção de educação que gere saberes transformadores da realidade, socialmente justos e coletivos e capazes de contribuir para a mudança do próprio perfil da universidade.

As primeiras experiências de extensão universitária no Brasil se caracterizaram por debates temáticos sobre política, sociedade e economia, propostas pela Universidade de São Paulo (USP), e estão expressas no documento denominado "Estatuto da Universidade Brasileira", cujo aporte estava na realização de cursos e conferências, que tinham a finalidade de "construir conhecimentos úteis à vida individual e coletiva, apresentar soluções para os compromissos sociais e a propagar idéias e princípios de interesse nacional". (Decreto n. 19.851, de 11/04/31)

A extensão estava concebida como instrumento de divulgação do conhecimento científico das letras, artes e ciências, a uma população restrita, por meio de cursos reduzidos, palestras, radiodifusão e filmes científicos. Essa concepção da prática da extensão serviu de referência por duas décadas de quarenta e cinquenta.

A conjuntura da década de sessenta, com ampla organização popular, foi marcada por movimentos políticos contra a forma do desenvolvimento brasileiro, baseada na substituição de importações. Esse modelo de desenvolvimento viria a desencadear a falência das indústrias brasileiras e, conseqüentemente, ocasionando o desemprego em massa e estabelecendo o início de uma crise econômica que se refletiu em uma crise social sem precedentes na história.

A trajetória da extensão na Universidade de Brasília (UnB) esteve associada ao contexto histórico dos anos sessenta, quando o movimento estudantil luta pela reforma universitária, no conturbado momento econômico de negação da política desenvolvimentista, focada na dependência do capital estrangeiro e na proposta de uma educação tecnicista.

O auge do debate da reforma universitária faz parte do processo de elaboração do Plano Diretor da UnB,

que propunha autonomia com auto-governo, através da articulação entre ensino, pesquisa e extensão. Essa proposta foi liderada pelo antropólogo Darcy Ribeiro, primeiro reitor e Anísio Teixeira, segundo reitor.

Nas palavras de Darcy Ribeiro, afirma-se o compromisso social da universidade:

(...) a UnB é, sobretudo o compromisso de esforçar-se permanentemente, incansavelmente, para ser a universidade necessária. Aquela que, ademais de construir-se a si mesma como deve ser a casa da cultura brasileira, se faça capaz de ajudar o Brasil a formular o projeto para si próprio: a nação de seu povo, ordenada e regida por sua vontade soberana, como o quadro dentro do qual ele há de conviver e trabalhar para si próprio (...). (RIBEIRO, 1978)

Esse contexto provocou forte interferência na extensão universitária, por meio da atuação de docentes e discentes nos movimentos populares, os quais incorporaram novas teorias e métodos, com o intuito de favorecer experiências conjuntas com outros atores sociais, como a igreja, as empresas falidas e os sindicatos, em torno da educação popular.

As experiências de educação de base também passam a caracterizar as ações de extensão e a referendar o compromisso com a população excluída. Esse momento marca a forma que assume esse espaço na universidade, forma ancorada no compromisso social.

Observam-se mudanças qualitativas nos princípios e caráter da extensão, por meio da transmissão e da ampliação do conhecimento científico aos diferentes segmentos sociais e ao estabelecimento de nova intercessão na realidade política econômica e social.

Os anos sessenta faz emergir novas condições para as relações entre a universidade e a sociedade, aprofundando os vínculos sociais necessários à apreensão, investigação e

intervenção na realidade, permitindo reaproximações entre ensino, pesquisa e extensão.

No entanto, a reforma universitária de 1968 reduziu as entidades de ensino superior a um componente de segurança nacional, para potencializar o desenvolvimento do capitalismo, na perspectiva de novo exclusivismo do gerenciamento do capital brasileiro, associado ao capital estrangeiro. O processo de forjar um modelo de desenvolvimento pela valorização do capital internacional, em detrimento da base nacional, precarizou as condições de vida do trabalhador, pela incapacidade de reprodução ampliada de sua força de trabalho.

A não aceitação desse modelo desenvolvimentista acirrou a luta popular e ocasionou a perseguição política ideológica da comunidade docente e discente e o controle das ações de extensão, para assegurar o controle político dos movimentos sociais e a possibilidade de integração nacional.

Houve adesão de muitas instituições de ensino superior às atividades propostas pelos militares, como o Centro Rural Universitário de Treinamento e Ação Comunitária (Crutac), o Projeto Rondon e o Movimento Brasileiro de Alfabetização (Mobral).

A década de setenta revela uma extensão caracterizada pelo assistencialismo e por prestação de serviços, mas também um espaço de possibilidades de fortalecimento do movimento popular, pelas reflexões estruturais sobre a sociedade e suas contradições.

Na perspectiva de Darcy Ribeiro, a extensão estaria atrelada a afirmação da cultura brasileira, que na década de setenta, estava representada pelo Centro de Extensão Cultural, possuindo 48 cursos e seminários sobre problemas brasileiros e estruturas docentes.

Estudos de Reis (1988) e Gurgel

(1987) apontam a trajetória da extensão universitária, que transita entre a prestação de serviços e eventos isolados, produzindo ela, a extensão, ações permanentes e vinculadas com a pesquisa e o ensino.

O compromisso da relação universidade/sociedade somente se fortalece novamente no processo de redemocratização do país, no início dos anos oitenta, quando ações da extensão se tornam de cunho mais permanente e mais ampliado no universo acadêmico, envolvendo áreas do conhecimento como educação popular, saúde, direito, terceira idade. Nasce as vice e pró-reitorias de extensão universitária.

A década de noventa reforça a relação entre educação e sociedade, quando as profundas mudanças de ordem econômica alteram as condições de conviver e produzir para viver. A reestruturação produtiva, aliada a um intenso processo de globalização e universalização, suscita a repensar a função e o papel da educação e do ensino superiores no Brasil.

A Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB), Lei n. 9394/96, no capítulo IV, Da Educação Superior, artigo 43, mostra o objetivo das instituições de ensino superior:

(...) artigo 43

IV – Promover a divulgação de conhecimentos culturais, científicos e técnicos que constituem patrimônio da humanidade e comunicar o saber através do ensino, de publicações e de outras formas de comunicação.

VI – Estimular o conhecimento dos problemas do mundo presente, em particular os nacionais e regionais, prestar serviços especializados à comunidade e estabelecer com esta uma relação de reciprocidade.

VII – Promover a extensão, aberta à participação da população, visando à difusão das conquistas e benefícios resultantes da criação cultural e da pesquisa científica e tecnológica geradas na instituição.

A LDB busca favorecer a privatização da educação superior e políticas educacionais que possam reforçar a junção entre o espaço público e o privado, intervindo na natureza do caráter público das instituições de ensino.

A extensão universitária sofre a influência desse momento histórico de ampla privatização do ensino brasileiro, quando apresenta objetivos e ações de extensão mais próximas dos interesses do mercado, do que da atividade fim do espaço público, que é a sociedade.

No processo de globalização dos anos noventa, as universidades tentam recuperar as condições institucionais de sua autonomia universitária e repensar a sua função e identidade social. Com o apoio da Associação Brasileira das Universidades Comunitárias (Abruc) e Associação Brasileira de Escolas Superiores Católicas (Abesc), elas instituem o Fórum Nacional de Extensão e Ação Comunitária das Universidades e Instituições de Ensino Superior Comunitárias.

No ano de 1997, no XXII encontro do Fórum Nacional de Pró-reitores de Extensão das Universidades Públicas Brasileiras, foi escrito um documento denominado “Universidade Cidadã”, que apresenta como princípios da extensão a responsabilidade pelas seguintes atividades: “Propiciar a formação do indivíduo enquanto ser humano e social, a formação do cidadão, do profissional e do profissional cidadão”. (Documento Universidade Cidadã – www.renex.gov.br:7)

Em 1998, ocorreram o XII e o XIV Fórum Nacional de Pró-Reitores de Extensão das Universidades Públicas Brasileiras que, com base no documento “Universidade Cidadã”, sistematizaram o “Plano Nacional de Extensão Universitária”, juntamente com o Ministério da Educação (MEC).

Esse documento apresenta a extensão como atividade fim e acadêmica da universidade, fundamental para a qualificação do ensino, para a formação do professor e do estudante e para o estabelecimento de relações intrínsecas dela, a universidade, com a sociedade.

Em 2001, o fórum afirma a cultura da extensão promovida por universidades comunitárias como:

Atividades voltadas para a eliminação do analfabetismo, da pobreza, intolerância, violência, fome, deterioração do meio ambiente e doença e, principalmente, que contribua para flexibilizar a produção de soluções aplicáveis aos problemas e às questões da contemporaneidade, por meio de uma perspectiva concreta, interdisciplinar e 'transdisciplinar'.

E traduz a extensão como “um processo educativo, cultural e científico, que articula o ensino e a pesquisa de forma indissociável, viabiliza a relação transformadora entre a universidade e a sociedade”. (Proex/UFMG, 2000)

O fórum se torna o espaço de reflexão do lugar da extensão nas universidades públicas e propõe medidas que possam vir a fortalecer esse espaço universitário.

Essa proposta de extensão somente foi possível dada a exigência do Plano Nacional de Educação (Lei n.10.172/2001), que institucionaliza a oferta de cursos de extensão para minimizar a dívida social com a população brasileira. Esse plano implanta o “Programa de Desenvolvimento da Extensão Universitária” em todas as instituições federais de ensino superior, no quadriênio 2001/2004, assegurando que, no mínimo, 10% do total de créditos exigidos para a graduação no país sejam reservados para a atuação dos alunos em ações de extensão.

O Ministério de Educação e Cultura, por meio do Plano Nacional de Exten-

são, compreende a extensão como:

Práticas acadêmicas interligando a universidade e a comunidade, nas suas atividades de ensino e de pesquisa, proporcionando a formação do profissional cidadão através da luta constante pelo equilíbrio entre as demandas sociais e as inovações que surgem do trabalho acadêmico. (MEC, 2001)

O processo de valorização da extensão, nas universidades públicas, foi reforçado pelo Sistema Nacional de Avaliação da Educação Superior (Sinaes), Lei n. 10.861, de 14 de abril de 2004, que incorpora como indicadores de avaliação: a prática da extensão, por meio dos valores educativos; sua integração com o ensino e a pesquisa; e, os impactos sociais do conhecimento no desenvolvimento local, que permite esse desencadear no espaço universitário.

Os indicadores de avaliação do Sinaes foram:

- concepção de extensão e interação social afirmada no Plano de Desenvolvimento Institucional (PDI);
- articulação das atividades de extensão com o ensino e a pesquisa e com as necessidades e demandas do entorno social; e,
- participação dos estudantes nas ações de extensão e intervenção social e o respectivo impacto dessa participação em sua formação.

A avaliação aborda o compromisso institucional com a estruturação e a efetivação das atividades de extensão, o impacto das atividades junto aos segmentos sociais e os métodos de avaliação das atividades de extensão.

O período de 2004 a 2008 se caracteriza por um intenso processo de institucionalização acadêmica e administrativa das ações de extensão, considerada como um vetor de qua-

lidade para o ensino e a pesquisa e, principalmente, para a função social das instituições de ensino.

No debate da reforma universitária, coloca-se a preocupação do lugar da extensão na universidade no sentido de não retroceder à concepção dos anos setenta, quando a extensão foi compreendida como prestação de serviços à sociedade e, fundamentalmente, ao mercado, comprometendo a função pública da universidade.

PLANO NACIONAL DE EXTENSÃO: A EXTENSÃO COMO TIPO IDEAL

O Plano Nacional de Extensão, ao compreender o espaço acadêmico da extensão a partir da leitura do documento “Universidade Cidadã”, o qual reafirma a função social da universidade pública e da extensão, torna-se representativo do espaço educativo para a cidadania.

“A extensão universitária não se coloca apenas como uma atividade acadêmica, mas como uma concepção de universidade cidadã”. (Plano Nacional de Extensão Universitária – www.renex.org.br, 1998:8)

A concepção da universidade cidadã aponta alguns objetivos para a extensão universitária, que estão expressos no texto escrito por Maria Luiza Angelim, em 2006:

(...) formação do indivíduo enquanto ser humano e social, a formação do cidadão, do profissional e do profissional cidadão; ações junto às comunidades de baixo poder aquisitivo e que requerem, portanto, potencializar sua organização política; ações em parceria com lideranças e instituições das comunidades e dos movimentos sociais; diálogo aberto entre universidade e comunidade ao articular o sa-

ber popular e as práticas sociais das comunidades com o setor acadêmico e a prática social da vida universitária (...). (Plano Nacional de Extensão Universitária – www.renex.org.br, 1998:9)

Esse conjunto de objetivos predica a política da extensão como uma prática acadêmica, com possibilidade de formação do profissional cidadão, no sentido de produzir conhecimento significativo, que possa permitir compreender e superar as desigualdades sociais.

Angelim (2006) destaca no Plano Nacional de Extensão “o compromisso social da universidade como forma de inserção nas ações de promoção e garantia dos valores democráticos, de igualdade e de desenvolvimento social”. (Plano Nacional de Extensão Universitária – www.renex.org.br, 1998:4)

Para essa autora o plano trouxe uma proposta de racionalidade crítica de educação para a cidadania, ao mostrar que “deve haver o compromisso da universidade com a transformação da sociedade brasileira em direção à justiça, à solidariedade e à democracia”. (Plano Nacional de Extensão Universitária – www.renex.org.br, 1998, p. 2)

Parece que o espaço da extensão pode favorecer a educação para a cidadania, quando este possibilita a prática comunitária e social como formadora de conhecimento mais crítico sobre a realidade.

Entende-se que a extensão, ao participar dos problemas da sociedade e dos movimentos sociais e políticos de luta contra a desigualdade social, deva contribuir para a elaboração e a execução de políticas públicas sociais e inclusivas, podendo, portanto, ser considerada um trabalho social.

Nesse sentido, para que ocorra uma efetiva interação da universidade com a sociedade, faz-se necessário o resgate crítico da idéia de cidadania

e do processo educativo, que convém aos princípios democráticos.

O melhor conceito que apreende uma relação democrática entre universidade e sociedade, e que se manifesta nas formas das práticas de extensão, está ancorado na teoria crítica, que propõe uma racionalidade emancipacionista desse vínculo social, na medida em que favorece o desenvolvimento da crítica e da mudança dos atores envolvidos.

Na verdade, participação, engajamento e acesso a direitos e deveres são elementos formadores de um processo de constituição de cidadania, porque ajudam na formação de uma sociedade justa e pressupõe sujeitos históricos politicamente envolvidos na luta cotidiana pelo direito a ter direitos.

Educar para a cidadania significa produzir conhecimento para servir à sociedade e intervir nela para torná-la mais justa. Diante disso, a universidade precisa gerar currículos que subsidiem a formação de bons cidadãos.

A racionalidade implícita na produção do conhecimento na universidade está favorecida pela racionalidade técnica, que se centraliza na transmissão de informação que favoreça um condicionamento do indivíduo à vida societária, ou na racionalidade hermenêutica que reúne participação e valores na produção do conhecimento. A experiência e a atitude ajudam na produção desse conhecimento.

Assiste-se a presença dessas diferentes racionalidades na produção do conhecimento a partir da prática da extensão, o que implica, do ponto de vista da política da mesma, resultados de relações sociais comunitárias com perspectiva democrática ou não.

Faundez (1993) enfatiza que “será então, necessário, aprender a participar, mas igualmente aprender a se organizar, dialogar e acima de tudo, aprender a aprender”.

Refletir, teorizar, praticar, agir, refletir, praticar, enfim, constituem ações em espiral, que sinalizam movimentos constantes da produção do conhecimento, numa perspectiva de gerar consciência e práxis.

Educar para a cidadania deve ser um princípio necessário a uma política de extensão no universo público, porque sinaliza a preparação de estudantes críticos, com a leitura do social ampliada para a “vista do ponto”, e não apenas “um ponto de vista”, ou seja, sujeitos com autonomia para pensar e expressar sua leitura de mundo a partir da diferença.

Portanto, o conhecimento precisa ser produzido pela interdisciplinaridade, no diálogo permanente com as áreas do conhecimento, expresso nos eixos temáticos das práticas de extensão, como por exemplo: saúde, educação, desenvolvimento sustentável, tecnologias sociais, cultura e outros.

Os eixos temáticos devem expressar as demandas sociais pelo atendimento às necessidades emergentes da comunidade ligadas às crises econômicas, sociais e políticas, nos níveis conjuntural e estrutural, crises essas que perpassam toda a sociedade e afetam a população mais empobrecida, como a geração de trabalho e renda, novas formas de proteção social, políticas de transferência de renda e política de habitação alternativa.

O Plano Nacional de Extensão estimula a articulação da universidade com a sociedade pela ampliação de parcerias que, com a prática da extensão, permita plena implicação da universidade nas políticas públicas de inclusão social e o acesso da sociedade à informação e ao conhecimento científico.

Esse estímulo aparece no desenvolvimento de programas e projetos de extensão realizados em parceria com as agências financiadoras nacionais

e internacionais, e estão ligados à melhoria e ampliação da qualidade da Educação Básica, à preservação e sustentabilidade do meio ambiente, à melhoria da saúde e da qualidade de vida da população brasileira, ao atendimento e à atenção integral às crianças, aos adolescentes e aos idosos. Esses programas e projetos devem estar ligados, ainda, à promoção do desenvolvimento cultural, estimulando as atividades voltadas para a valorização da cultura popular, devendo também estreitar a relação educação e trabalho, por meio da qualificação para esse último, da reorientação profissional e da capacitação de gestores de políticas públicas.

Um dos aspectos mais importantes da extensão universitária é o seu papel comunitário, porque mantém o diálogo entre a produção científica e o conhecimento popular, levando em conta o contexto histórico da síntese do conhecimento gerado nessa imbricação. Nesse sentido, a formação da graduação reúne prática científica e conteúdos socioculturais.

Assim a universidade pode propiciar ampla relação entre a ciência e a sociedade, cujo espaço de extensão torna possível colocar a sociedade como reflexão central de sua produção acadêmica e permite à ciência se tornar um saber comunitário.

Esse pressuposto mostra que o Plano Nacional de Extensão propõe uma política de extensão que contemple o princípio da indissociabilidade em duas perspectivas: a) relação ensino/extensão, onde haja disponibilidade do saber acadêmico à comunidade e que esse saber retorne mais ampliado; e, b) relação pesquisa/extensão por meio da produção do conhecimento capaz de compreender criticamente a realidade e interferir na formação acadêmica dos estudantes e professores, bem como nos próprios projetos políticos das áreas do co-

nhecimento, dispostos nas unidades de ensino, nos núcleos de pesquisa e extensão, nas faculdades, nos institutos e nos departamentos das universidades públicas.

A articulação proposta entre ensino, pesquisa e extensão se materializa por meio de ações pedagógicas que fazem parte da formação acadêmica e ocorre no espaço dos estágios, cursos, seminários, projetos de ação contínua, projetos de ação comunitária, das semanas acadêmicas etc.

Para viabilização dessa política de extensão, o plano recomenda o uso adequado de fontes de recursos públicos nos níveis federal, estadual e municipal, associadas a parceiros de órgãos e instituições, além de articulações políticas com agências de desenvolvimento.

O plano aponta a gestão da extensão por meio de: a) configuração de um sistema de informações, acompanhado por um programa de avaliação com apoio do MEC; b) definição de linhas prioritárias, de acordo com as demandas sociais; c) construção de indicadores que possam ser valorizados no trabalho acadêmico do professor e nas atividades dos estudantes; d) integralização curricular; e) formas de apoio ao desenvolvimento; f) inovação e transferência de tecnologia; g) implantação do Programa de Extensão de Educação Continuada à Distância; e, h) instituição de um programa de fomento à extensão, com previsão de recursos para custeio e bolsas de extensão.

O Plano Nacional de Extensão sinaliza os indicadores de uma política e gestão da extensão nas universidades públicas, reforçando a presença da mesma como uma função básica e fundamental para a missão institucional, reforça também a presença ampliada das ações de extensão no estatuto e no regimento das universidades. O plano preconiza, ainda, que o planejamento da extensão contido

no plano das pró-reitorias e dos decanatos de extensão seja constituído de conceito, metas, linhas e formas de atuação; defende a existência de órgãos definidores de políticas de extensão, de processos de aprovação, acompanhamento e avaliação e de resoluções e normas que definam e regulamentem programas, projetos, cursos, prestação de serviços, eventos, produções, publicações e políticas de fomento.

O plano apresenta uma concepção de extensão que, no seu devir histórico, deve se consolidar mediante um conjunto de ações a serem implementadas pelas instituições de ensino superior (IES).

DESAFIOS DA GESTÃO E DA POLÍTICA DE EXTENSÃO NA UNIVERSIDADE PÚBLICA

As universidades públicas federais brasileiras vivenciam um momento especial da crise econômica e social, mediante as profundas transformações que ela tem gerado na vida das pessoas, que consideram seu futuro cada vez mais incerto. Outrossim, a amplitude da incerteza em um futuro promissor parece suscitar mudanças no sentido da vida social, mudanças mediadas por processos educacionais, que carregam expectativas ampliadas de assegurar conhecimentos que contribuam para resolução de problemas e para o bem-estar social.

Novos ensinamentos e desafios passam a fazer parte da estratégia da universidade como espaço público em favor do espaço público, suscitando outras articulações entre a pesquisa, o ensino e a extensão.

A extensão universitária reflete o cenário 'macrossocial' em que o país se encontra pela política de

desenvolvimento que propõe, na medida em que esteja associada a três fatores: 1) reforço de um projeto político pedagógico para assegurar uma educação tecnicista nos países emergentes, ancorados por ideais neoliberais; 2) utopia de que “uma outra educação é possível”, aportada na dimensão de emancipação do indivíduo; 3) presença da diversidade de racionalidades na produção do conhecimento científico no espaço acadêmico; e, 4) práticas de extensão associadas à natureza pública do espaço universitário e/ou a consolidação de uma política de fortalecimento do setor privado.

Esse conjunto de fatores interfere na missão institucional da universidade pública, que é a de produzir e socializar o conhecimento, formando cidadãos comprometidos com a ética.

O espaço da extensão deveria fortalecer a missão institucional, na medida em que produzir, integrar e divulgar conhecimento somente possa ser operacionalizado na articulação entre a universidade e a sociedade. Esse espaço acadêmico, efetivamente, se torna a mediação necessária para fazer da universidade um espaço de contribuição para o desenvolvimento econômico e social do país.

Uma política de extensão ligada a essa missão institucional aproxima a primeira da idéia de universidade traduzida em Darcy Ribeiro (1963:40) “A universidade reunindo recursos materiais e técnicos, cientistas e jovens, o faz para instrumentalizar a nação para o pleno desenvolvimento para que os problemas do povo sejam os problemas da universidade”.

Contudo, a extensão se encontra no desafio de fazer uma gestão apropriada e conjugada a uma política afirmativa de sua missão principal que é “formar cidadãos comprometidos e éticos”. Como esse espa-

ço pode proporcionar tal intento? Acredita-se que o reconhecimento da universalidade do espaço acadêmico, marcado pelas diferenças e diversidades de pensamentos e ações, possa ser o passo inicial, porque admite práticas de extensão com amplos eixos temáticos. Porém, é preciso perguntar se esses eixos estão ancorados sob a dimensão pública e quais são suas implicações de servir ao público.

Essa questão é um nó crítico relevante para o significado da extensão, porque parte do pressuposto de que a produção do conhecimento seja realizada com a sociedade, a partir dos interesses dessa sociedade e mediada por ela. Isto quer dizer “educar para a cidadania”, invocada no Plano Nacional de Extensão. A produção do conhecimento e a formação de pessoas críticas devem estar em diálogo permanente.

Essa política de extensão como trabalho social exige uma gestão caracterizada por um polo agregador de ações comunitárias, pelo fortalecimento do conselho comunitário e pela facilitação da existência de ambientes de extensão com infraestrutura adequada à realização das práticas de extensão.

No entanto, em grande parte das IES, o espaço acadêmico da extensão tem sido insuficiente para as ações da mesma, seja no plano estratégico, dada à falta de integração dos espaços dessas práticas, seja no plano operacional, pela pouca ou nenhuma estrutura física, seja ainda pela deficiência da logística interna para desenvolver a extensão no *campus* universitário e externo a ele.

Portanto, a câmara de extensão deve assumir a responsabilidade de se constituir em um espaço de gestão, mas principalmente de condução de uma política de extensão, alinhada às diretrizes do Plano Nacional de Extensão, naquilo que reforce o caráter

público da universidade. O sentido de realizar reuniões (quinzenais) sobre a extensão deve abarcar a natureza técnica dos projetos, como também a natureza política e integradora das ações e atividades pertinentes a esse espaço acadêmico.

Um dos pontos fortes de valorização da extensão universitária pode ser a visibilidade ampliada das ações de extensão no estatuto e no regimento interno das universidades, permitindo ações orgânicas entre os decanatos, como exemplo: planejamento conjunto entre o decanato de assuntos comunitários, extensão e graduação, com possibilidades de atividades em comum.

Na gestão da extensão seria importante a manutenção de um calendário único com semanas de extensão conjuntas e articuladas, e estudos de convergência de ações, envolvendo áreas do conhecimento diversificadas, podendo essas, contribuir para uma proximidade do espaço universitário, dirimindo a segregação espacial, temporal e analítica em que se constituiu, hoje, a universidade.

Nos últimos dez anos, vem-se assistindo a um conjunto de ações que tem permitido a valorização da extensão nas universidades públicas, destacando-se algumas delas na UnB:

- 1) aumento das bolsas de extensão em quantidade e qualidade;
- 2) melhoria dos indicadores de acesso aos recursos da extensão, privilegiando a natureza social do projeto e o público alvo do direcionamento das ações;
- 3) participação ampliada das unidades acadêmicas na câmara de extensão;
- 4) transparência da alocação dos recursos da extensão, com tomadas de decisões em comissões de trabalho inter-

- departamental;
- 5) documentos sistematizados sobre a extensão (com a perspectiva da melhoria dos procedimentos tecnológicos na gestão da informação dos projetos, bem como da melhoria dos campos de preenchimento do sistema Siex); e,
 - 6) mecanismos claros de aprovação dos processos com natureza de extensão.

Essas ações têm permitido qualificar a extensão na universidade pública, mas o percurso de sua valorização precisa avançar na melhoria das resoluções e normas que definam e regulamentem as práticas de extensão, como programas, projetos, cursos, eventos, produção, publicações e políticas de fomento.

Outro aspecto a considerar é a integração de procedimentos de programas e projetos de ação contínua, na medida em que favoreçam a sistematização e a segurança da informação.

Reconhece-se que, pela sistematização de procedimentos, a gestão da extensão avançou muito, principalmente nos últimos dois anos, dando visibilidade a esse espaço acadêmico. No entanto, a natureza política da extensão precisa ser reafirmada, porque a intervenção da sociedade na concepção de políticas públicas, por meio de sua participação na elaboração de projetos sociais de inclusão e de integração comunitária, é ainda muito pequena, diante das potencialidades da produção do conhecimento que a universidade pode gerar.

A extensão universitária precisa se atentar para o seu compromisso com a sociedade, já que essa, a extensão, muitas vezes está focada em ações pontuais (cursos, palestras, eventos, seminários), ficando à mercê de políticas de governo e não de Estado,

promovendo assim, atividades de interesse pessoal e pouco coletivas, caracterizadas mais pela prestação de serviços do que pelo acolhimento das demandas dos movimentos populares.

Outro fator que precisa ser gerenciado melhor é a organicidade da extensão com as linhas de pesquisa da pós-graduação, tendo vista a necessidade de se transformar as atividades comunitárias em sujeitos de pesquisa, como também, a de se utilizar o espaço da extensão para a melhoria do currículo e da aprendizagem e de se promover a articulação da teórica/prática na formação permanente do estudante.

A Universidade de Brasília tem participado dos encontros nacionais da extensão, contribuindo assim para um melhor processo de valorização desse espaço acadêmico. Com essa postura a UnB vem acolhendo e implementando diretrizes contidas no Plano Nacional de Extensão e sinalizando outros indicadores de melhorias de uma política de gestão da extensão, visando reforçar a natureza pública da universidade

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A proposição de fortalecer e direcionar a política de extensão universitária e promover uma gestão que fortaleça os princípios por ela determinados, nos leva a pensar sobre a importância da formação do coordenador de extensão e dos professores de extensão, no sentido de assegurar a compreensão do sentido e do lugar que esse espaço deve ter na missão institucional de uma universidade pública.

O Plano Nacional de Extensão é o documento base que norteia a política e a gestão das práticas de extensão

e deve ser o documento que ofereça o suporte e a direção desta atividade nas universidades. As práticas e eixos temáticos precisam estar consonantes com as demandas da sociedade e com as mudanças tecnológicas, que impõem a novos formatos de ações e atividades.

Ao se articularem, os projetos e programas podem otimizar recursos e garantir a produção do conhecimento interdisciplinar e o fortalecimento da articulação entre o ensino, a pesquisa e a extensão.

No tocante aos recursos a serem empregados, é fundamental discutir, com a participação dos sujeitos da aprendizagem, na avaliação e monitoramento pedagógico das metas dos programas e projetos, os indicadores éticos do uso do recurso público em espaço público.

Vale ponderar que, na extensão, educação para a cidadania significa dois sujeitos da aprendizagem que se encontram, trocam sabedorias e produzem novos conhecimentos.

O conhecimento produzido por uma prática e por uma reflexão coletivas parece possibilitar a utilização da racionalidade da produção do conhecimento de forma mais crítica, afirmando assim a extensão como uma atividade social.

O Plano Nacional de Extensão dá suporte a um tipo específico de relação entre projetos de extensão e educação para a cidadania, na medida em que as pessoas, nas atividades de extensão, tornam-se engajadas e participativas no processo de construção coletiva do conhecimento.

REFERÊNCIAS

ANGELIM, M. L. P. *Extensão Como Espaço de Formação de Educadores de Jovens e Adultos*. In: SOARES, Leôncio (org.). *Formação de educadores de jovens e adultos*. Belo Horizonte: Autêntica, Secad-MEC/Unesco, 2006.

ANAIS 2001 – VIII Encontro de Extensão e Ação Comunitária. *A Gestão da Extensão e da Ação Comunitária*. Mimeo.

ANAIS 2002 - Fórum Nacional de Extensão e Ação Comunitária das Universidades e Instituições de Ensino Superior Comunitárias. Florianópolis: Ed. Univille, 2002.

BRASIL. Ministério da Educação. *Diretrizes para Avaliação das Instituições de Ensino Superior, Comissão Nacional de Avaliação do Ensino Superior (Conaes)*. Disponível em: portal.mec.gov.br/arquivos/pdf/diretrizes.pdf. Acesso outubro, 2005.

BRASIL. Lei N. 9.394 - 20 de dezembro de 1996. *A Lei Darcy Ribeiro Estabelece as Diretrizes e Bases da Educação Nacional*. *Diário Oficial da União*, Brasília, 23 de dezembro de 1996.

BRASIL. Plano Nacional de Educação. Câmara dos Deputados. Congresso Nacional, Brasília, 2000.

Documentos básicos do Fórum Nacional de Pró-reitores de Extensão das Universidades Públicas Brasileiras (1987-2000). Belo Horizonte: Proex/UFMG, 2000, 196 p.

Fórum Nacional dos Pró-reitores de Extensão das Universidades Públicas Brasileiras. Avaliação Nacional da Extensão Universitária. Brasília: MEC/Sesu. UFPR. Uesc. 2001. 98 p.

Plano Nacional de Extensão Universitária (1998). Documento do Fórum Nacional de Pró-reitores das Universidades Públicas Brasileiras. www.renex.org.br(jan.2004)

Universidade Cidadã (1997). Documento do Fórum Nacional de Pro-reitores de Extensão das Universidades Publicas Brasileiras. www.renex.org.br (jan.2004).

Sonia Marise Sales Carvalho é professora doutora em Sociologia da FED/UnB e Coordenadora de Extensão FE(2009/2010), smarises@yahoo.com.br